



## PROVA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – ESCRIVENTE

### QUESTÕES DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA TJ SP

**QUESTÃO NÚMERO 60** – Nos termos das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, no que tange ao Sistema Informatizado Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.
- (B) Os escrivães judiciais do serviço de distribuição e dos ofícios de justiça realizarão auditoria quinzenal no sistema SAP/PG, de acordo com os níveis de criticidade definidos, comunicando ao Corregedor Geral da Justiça qualquer irregularidade.
- (C) O cadastro no sistema informatizado oficial conterá exclusivamente as seguintes informações a respeito do processo, de modo a individualizá-lo com exatidão: qualificação das partes e de eventuais representantes, advogados e os respectivos números de inscrição na OAB.
- (D) Todas as vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal, sejam estas de acusação, defesa ou comuns, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial.
- (E) Nos ofícios de justiça, o registro e controle da movimentação dos feitos realizar-se-ão pelo sistema informatizado oficial, sendo facultada a elaboração de fichas materializadas em papel ou constantes de outros sistemas informatizados para auxiliar no controle do trâmite processual.

**Gabarito: A**

**QUESTÃO NÚMERO 61** – Quanto à escrituração, é correta a seguinte afirmação:

- (A) Os mandados, cartas postais, consideradas inclusive as expedidas por meio eletrônico, ofícios gerais de comunicação, expedidos em cumprimento de ato judicial, serão assinados pelos escrivães ou chefes de seção, declarando que o fazem por ordem do juiz.
- (B) Caberá ao escrivão certificar a autenticidade da firma do juiz que subscreveu o documento, indicando-lhe nome, cargo e o exercício no juízo, nos atos para os quais a lei exige certificação de autenticidade e quando houver dúvida sobre a autenticidade da firma.
- (C) São vedadas anotações de “sem efeito” e anotações a lápis nos livros e autos de processo, mesmo que a título provisório.
- (D) Deve ser evitada a assinatura de atos e termos em branco, total ou parcialmente.



(E) É vedada a utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos, ainda que elas estejam consagradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras.

**Gabarito: B**

### Comentários

(A) Os mandados, as cartas postais, os ofícios gerais de comunicação, expedidos em cumprimento de ato judicial, em não havendo determinação do juiz em sentido contrário, serão assinados pelos escrivães, declarando que o fazem por ordem do juiz. Assim, chefe de seção não assina. Só escrivão.

B – Segundo o art. 84, parágrafo primeiro, do Código de Normas prescreve que:

§ 1º O escrivão certificará a autenticidade da firma do juiz que subscreveu o documento, indicando-lhe o nome, o cargo e o exercício no juízo, nas seguintes hipóteses:

I - na expedição de alvarás de soltura, mandados ou contramandados de prisão, requisições de preso e demais atos para os quais a lei exige certificação de autenticidade;

II - quando houver dúvida sobre a autenticidade da firma.

Assim, essa é a alternativa correta.

(C) Devem ser evitadas as anotações de “sem efeito” e anotações a lápis nos livros e autos de processo, mesmo que a título provisório. Assim, essa assertiva está incorreta.

(D) É proibida a assinatura de atos e termos em branco, total ou parcialmente. Assim, essa assertiva está incorreta.

(E) É vedada a utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos, salvo as que estejam consagradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Assim, essa assertiva está incorreta.

**QUESTÃO NÚMERO 62** - Quanto à Ordem dos Serviços dos Processos em Geral, assinale a alternativa correta.

(A) Em nenhuma hipótese é permitido aos ofícios de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelo setor de protocolo.



(B) Todos os atos e termos do processo devem ser certificados nos autos e anotados no sistema informatizado oficial, inclusive com relação à emissão de documento que passe a fazer imediatamente parte integrante dos autos, por original ou por cópia, rubricado pelo emitente.

(C) É permitido o lançamento de cotas marginais ou interlineares nos autos, bem como sublinhar palavras, desde que a lápis.

(D) Cabe aos escrivães judiciais ou, sob sua supervisão, aos escreventes, zelar pela correta numeração das folhas dos autos e, na hipótese de numeração repetida, acrescentar-se-á apenas uma letra do alfabeto, em sequência, certificando-se.

(E) O ofício de justiça afixará nas autuações tarjas coloridas, na posição vertical, para assinalar situações especiais descritas nas Normas de Serviço.

**Gabarito: D**

### Comentários

A – Na verdade, É vedado aos ofícios de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelos setor de protocolo, salvo:

I – quanto às petições de requerimento de juntada de procuração ou de substabelecimento apresentadas pelo interessado diretamente ao ofício de justiça, caso em que o termo de juntada mencionará esta circunstância;

II – quando houver, em cada caso concreto, expressa decisão fundamentada do juiz do feito dispensando o protocolo no setor próprio.

Assim, essa assertiva está incorreta.

(B) Essa assertiva está incorreta, pois dispensa-se a certificação e anotação com relação à emissão de documento que passe a fazer imediatamente parte integrante dos autos (ofícios expedidos, mandados, etc.), por original ou por cópia, rubricado pelo emitente. A data constante do documento deverá corresponder à de sua efetiva emissão. Assim, essa assertiva está incorreta.

(C) É vedado o lançamento de cotas marginais ou interlineares nos autos, bem como sublinhar palavras, desde que a lápis. Assim, essa assertiva está incorreta.

(D) Essa é a alternativa correta. Trata-se da exata redação do art. 91 e seus parágrafos do Código de Normas.

(E) O ofício de justiça afixará nas autuações tarjas coloridas, no dorso dos autos, para assinalar situações especiais descritas nas Normas de Serviço. Assim, essa assertiva está incorreta.



**QUESTÃO NÚMERO 63** - Assinale a alternativa correta, no que concerne à consulta e carga dos autos.

(A) O acesso aos autos judiciais e administrativos de processos em andamento ou findos é assegurado aos advogados, estagiários de Direito e ao público em geral, por meio do exame em balcão do escritório de justiça ou seção administrativa, sendo vedada a extração de cópias reprográficas ou utilização de escâner portátil ou máquina fotográfica.

(B) É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no escritório de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos.

(C) A carga dos autos judiciais e administrativos em andamento no cartório ou processos findos é reservada unicamente a advogados ou estagiários de Direito regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes.

(D) Não havendo fluência de prazo, os autos poderão ser retirados em carga, pelas partes, pelos advogados ou estagiários, independentemente de requerimento de vista dos autos dirigido ao juiz.

(E) Se, intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora do cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo.

**Gabarito: E**

### Comentários

(A) Na verdade, o acesso aos autos judiciais e administrativos de processos em andamento ou findos, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados, estagiários de Direito e ao público em geral, por meio do exame em balcão do escritório de justiça ou seção administrativa, podendo ser tomados apontamentos, solicitadas cópias reprográficas, bem como utilizado escâner portátil ou máquina fotográfica, vedado, nestas hipóteses, o desencarte das peças processuais para reprodução. Assim, essa assertiva está incorreta.

(B) É proibida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no escritório de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos. Assim, essa assertiva está incorreta.

(C) A carga dos autos judiciais e administrativos em andamento no cartório ou processos findos é reservada unicamente a advogados ou estagiários de Direito regularmente inscritos na OAB, mesmo que não constituídos procuradores de alguma das partes. Assim, essa assertiva está incorreta.

(D) Não havendo fluência de prazo, os autos somente serão retirados em carga mediante requerimento, motivo pelo qual essa assertiva está incorreta.

(E) Essa é a assertiva correta, pois está de acordo com o art. 167 do Código de Normas, segundo o qual o advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do escritório de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver



os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

**QUESTÃO NÚMERO 64** - Quanto ao Processo Eletrônico, assinale a alternativa correta.

(A) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em segredo de justiça, poderão ser consultados pelas partes, procuradores habilitados a atuar no processo, advogados, defensores públicos e membros do ministério público, ainda que não vinculados ao processo e desde que previamente identificados.

(B) Será considerada original a versão armazenada no servidor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, somente enquanto o processo estiver em tramitação.

(C) O acesso à íntegra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro será franqueado mediante senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período de 48 (quarenta e oito) horas após a sua emissão.

(D) É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo da chave privada da sua identidade digital, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

(E) Será fornecida senha de acesso a peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, de acordo com o tipo de participação no processo, para consulta da íntegra dos autos digitais na internet, sendo dispensada a autorização do magistrado.

**Gabarito: D**

### Comentários

(A) Na verdade, na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito às partes e a seus procuradores devidamente constituídos. Assim, essa assertiva está incorreta.

(B) Seja arquivada ou em tramitação, será considerada original a versão armazenada no servidor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Assim, essa assertiva está incorreta.

(C) O prazo de vigência da senha é de 24h, não 48h. Assim, essa assertiva está incorreta.

(D) Essa é a assertiva correta, pois se trata da reprodução do art. 1.193 do Código de Normas.

(E) Nessa situação é exigida a autorização do juiz para o fornecimento de senha de acesso aos autos.



## Weslei Machado



Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Amazonas, Promotor Eleitoral na Zona Eleitoral de Coari/AM, foi Analista Judiciário – Área Judiciária do TSE e Assessor de Desembargador no TJDF; Especialista em Direito Constitucional – IDP; Professor de diversos Cursos Preparatórios para concursos em Brasília; Professor e Assessor do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília; Professor de Direito Eleitoral do Curso ATAME e do IDP.